

A fundação da ANPUH: o lugar político dos Historiadores acadêmicos na Reforma do Ensino Superior (1961 – 1965)

The foundation of ANPUH: the political place of academic Historians in the Reform of Higher Education (1961 – 1965)

Juan Michel Montezuma dos Santos

Doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo, Brasil
Doutorando em História na Universidade Federal de São Paulo, Brasil
montezumamichel@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-5514-2765>
<http://lattes.cnpq.br/3837467997159574>

Resumo: O artigo toma enquanto fontes os anais da ANPUH entre 1961 e 1965. O objetivo geral foi identificar as motivações que levaram à mobilização da comunidade historiadora através da fundação dessa associação. Parte-se da premissa de que o início da década de 1960 foi um período de grande agitação política para a intelectualidade, no qual, por meio da influência do nacional desenvolvimentismo, diferentes grupos de intelectuais engajaram-se na disputa política visionando modelos distintos de organização do campo dos estudos históricos e território universitário. Mediante a análise documental, trabalha-se com a tese de que a fundação da ANPUH é o desdobramento do lugar político assumido por historiadores acadêmicos no contexto de reforma do ensino superior e, por conseguinte, na correlação de forças que disputavam o sentido do desenvolvimento econômico e social do Brasil naquele período.

Palavras-Chave: ANPUH; Reforma do Ensino Superior; Historiadores.

Abstract: This article is based on the annals of the ANPUH between 1961 and 1965. The general objective was to identify the motivations that led to the mobilization of the historian community through the foundation of this association. It is taken as a premise that the beginning of the 1960s was a period of great political upheaval for the intelligentsia, where, through the influence of national developmentalism, different groups of intellectuals engaged in the political dispute, envisioning different models of organization of the field of historical studies and university territory. Through the documentary analysis, we work with the thesis that the foundation of ANPUH is an unfolding of the political place assumed by academic historians in the context of higher education reform and, consequently, in the correlation of forces that disputed the meaning of the economic and social development of Brazil in that period.

Keywords: ANPUH; Higher Education Reform; Historians

Introdução

Em 1961, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, foi realizado o primeiro simpósio dos professores de História do ensino superior. O evento foi promovido sob a liderança do prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, diretor da faculdade, e os professores universitários de História¹, em grande maioria oriundos do departamento de História da mesma instituição ou membros destacados do campo histórico daquela época. Os temas gerais das palestras, relatorias e moções aprovadas foram a teoria, metodologia e o ensino da História. A principal consequência política vinda desse simpósio para o campo dos estudos históricos foi a fundação da Associação dos Professores Universitários de História, organização de historiadores que influenciou os rumos da teoria, método, ensino e agendas de pesquisa da história acadêmica em todo Brasil.

A fundação da ANPUH² foi um acontecimento de escala nacional, pois não estava limitada apenas ao circuito intelectual do sudeste brasileiro. No seu primeiro simpósio, 14 estados³ estavam representados através de 130 professores inscritos.⁴ Além disso, houve instituições nacionais e internacionais colaborando⁵ para a realização do evento. Quadro tão extenso foi referenciado no relato da prof.^a Dra. Alice Piffer Canabrava vinte anos mais tarde, em 1981, quando era então presidente da ANPUH. No texto de abertura da *Revista Brasileira de História*⁶,

¹ Os membros da primeira diretoria da ANPUH eram: prof. Dr. Eremildo Luiz Viana; prof.^a Dra. Cecília Maria Westphalen; prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda; prof.^a Dra. Alice Piffer Canabrava; prof. Dr. Antônio Camilo Faria Alvim; prof. Dr. Armando Souto Maior; prof. Dr. Jorge Calmon (professor da UFBA); prof. José Roberto Amaral do Lapa.

² Quando criada a sigla da associação era APUH, porém no ano seguinte, no simpósio de 1962, a sigla mudou para ANPUH, por conta de seu caráter nacional.

³ Os estados eram Paraná, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Santa Catarina, Alagoas, Goiás e Guanabara, que seria distrito até 1975.

⁴ Na lista de comparecimento constam 97 professores. Desse conjunto, 40 eram de São Paulo, dois da Bahia, três do Rio de Janeiro, nove da Guanabara, dois de Pernambuco, um professor da França, dez de Minas Gerais, dez do Paraná, dois do Rio Grande do Norte, um de Santa Catarina e um de Goiás.

⁵ As instituições referidas eram: Biblioteca Nacional, Conselho Nacional de Geografia, Serviço Geográfico do Exército, Embaixada da França e o Consulado da Alemanha. No que diz respeito ao sistema universitário, estiveram representadas: Centro de Pesquisa Educacionais, Faculdade de Filosofia da Universidade do Espírito Santo, Universidade da Bahia, Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente, Faculdades Católicas Petropolitanas, Faculdade de Filosofia São Bento da Pontifícia de São Paulo, Federação Brasileira de Centro de Estudos Históricos e Faculdade de Filosofia de Taubaté.

⁶ O texto de Alice Piffer Canabrava, assim como todos os anais e edições da RBH estão disponíveis em: *Revista Brasileira de História* (anpuh.org.br).

Canabrava qualifica a criação da Associação como um projeto das faculdades de filosofia em prol da integração para reação aos problemas político-institucionais comuns no sistema universitário brasileiro. Esse testemunho é de grande valor, pois mostra o alinhamento dos historiadores com o contexto político do início dos anos 1960, momento de grande mobilização política no Brasil:

Não se pode esquecer que a Associação Nacional dos Professores Universitários de História é uma projeção das Faculdades de Filosofia. [...] As Faculdades de Filosofia são as matrizes onde ganham forma professores e pesquisadores de História – a substância da Associação. As raízes do sodalício emaranharam-se nos problemas das Faculdades de Filosofia, os quais, por sua vez, fazem parte do contexto da Universidade como um todo, e estas, da sociedade brasileira de modo geral. [...] O conhecimento mais profundo da realidade brasileira a que as universidades vinham servir, com a pesquisa desinteressada, desdobra-se com a formação de cientistas, professores e técnicos, para atender à diversificação crescente das atividades profissionais exigidas pelo desenvolvimento do país. [...] Em 1961, ao tempo do Simpósio de Marília, há muito havia se estabelecido o consenso, nas unidades de ensino superior, quanto à urgência da reforma das Universidades. (CANABRAVA, 1981: p.2)

Tomando como premissa a qualidade nacional da Associação dos Professores Universitários de História e o relato de Alice Canabrava, neste artigo examinaremos a trajetória política e institucional da ANPUH em seus primeiros anos de existência. Através do estudo das relatorias, debates, palestras, propostas e moções, o objetivo geral é contar a história da fundação da Associação de Professores Universitários de História, sua posição em relação à reforma do ensino superior e os impactos disso no campo dos estudos históricos e no território universitário.⁷

A regulamentação do cargo de professor-pesquisador

O início da década de 1960 foi marcado por intensa mobilização política na sociedade civil brasileira. Na medida em que o espaço urbano se desenvolveu política e economicamente, foi ampliada também a capacidade das classes sociais de se mobilizarem em organizações de

⁷ O conceito de campo e território empregados são derivados respectivamente da Teoria dos Campos do sociólogo Pierre Bourdieu e da Teoria Social do Espaço de Milton Santos. Para Bourdieu, o campo é um conjunto de procedimentos institucionalizados, produzidos a partir dos valores e ações de um dado conjunto de indivíduos. Já Milton Santos, entende que o território é um espaço social, um constructo político, através do qual a cultura é difundida, sujeito a transformações contínuas. Logo, o campo histórico, no estudo dos simpósios da ANPUH, não está restringido ao conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos em discussão entre os historiadores, mas é também o espaço no qual congregam a universidade e demais instituições escolares na qual trabalham, de modo geral é todo lugar ocupado e reivindicado pela comunidade historiadora.

cunho reformista ou revolucionário, cujo alcance político, por vezes, era nacional, tal como analisa Jorge Ferreira (2005) ao investigar as implicações sociopolíticas do imaginário trabalhista na década de 1940 e 1950. Nesse período, o nacionalismo era visto como condição fundamental para o desenvolvimentismo, sendo tratada como ideologia necessária para a modernização das estruturas políticas dedicadas ao aperfeiçoamento das condições de vida da sociedade civil (BIELSCHOWSKY, 1988). E isso incluiu a reforma das instituições cuja função social estava vinculada à formação e aperfeiçoamento das forças produtivas, tal como é a universidade, lugar de excelência no desenvolvimento das Artes, tecnologias e Ciências. Nesse contexto de intensa mobilização e fortalecimento dessas organizações em âmbito nacional é que a ANPUH foi criada.

No caso da ANPUH, a proposta política em prol da mobilização organizou-se, especificamente, em torno da discussão sobre a regulamentação do trabalho do professor-pesquisador, tomada no período como o combate contra o atraso nas tradições que pautavam as relações entre os historiadores profissionais no âmbito acadêmico, sendo assim também uma demanda cultural, para além de econômica e política. Nesse sentido, a discussão travada pelos fundadores da ANPUH acerca das estruturas de ensino e pesquisa pode ser lida como o esforço desses historiadores em buscar uma configuração nova para os quadros da sua categoria através da agenda nacional desenvolvimentista.

O período é analisado como um momento no qual diversos setores da intelectualidade colocaram-se na posição de vanguarda, não apenas por conta da radicalização política que atravessava todo corpo civil, mas também por conta de disputas internas dentro do campo universitário. De acordo com essa interpretação, podemos tomar o primeiro simpósio da ANPUH e o debate sobre o regime catedrático entre os historiadores como alguns dentre vários exemplos desse contexto de embates entre facções de intelectuais na disputa pelo papel dirigente no processo de modernização em curso. Chamando a atenção para a importância da crítica de Roberto Schwarz à vanguarda cultural, Carlos Guilherme Mota demonstra como os contrapontos entre os intelectuais engajados e os seus predecessores eram mais profundos do que divergências estéticas e epistemológicas.⁸ Os primeiros mobilizavam-se em defesa da

⁸ A crítica do Roberto Schwarz foi publicada em *Teoria e Prática* no ano de 1967, na edição nº 2, entre as páginas 58 e 73. É interessante para a presente pesquisa, pois o autor parte da premissa de que algumas vanguardas intelectuais foram fortalecidas juntamente com o sistema sociopolítico que na década de 1960 visava a integração da sociedade brasileira ao capitalismo. Com o título “Nota sobre vanguarda e conformismo”, Mota sinaliza que o texto de Schwarz passou despercebido em seu contexto histórico, porém cumpriu importante trabalho de intercalar

reforma do espaço universitário e da teoria e metodologia em seu ofício, pois representavam a concepção hegemônica de desenvolvimento no início dos anos 1960. De fato, o manifesto dos fundadores da ANPUH, registrado nos anais do simpósio de 1961, corrobora com essa interpretação. Nessa carta, há o esforço evidente de convergir as necessidades dos intelectuais engajados aos problemas enfrentados dentro das faculdades de Filosofia. A tensão descrita por Carlos Guilherme Mota entre esse grupo de vanguarda e os quadros mais tradicionais é evidente, mas os membros fundadores da ANPUH lidaram, até onde a fonte nos permite interpretar, com essa adversidade lançando as cartas da conciliação. A importância desse documento é ímpar na história intelectual do campo histórico brasileiro.

Em primeiro lugar, pela diversidade dos assuntos. Senão todos, foram postos em questão ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil. "Muita ousadia", vai objetar-se, "para um primeiro colóquio dos professores de História". Aceitamos a crítica de bom grado, e nem tentaremos sequer diminuir o seu alcance. Só pedimos "aos leitores a condescendência de se colocarem numa perspectiva pré-simpósiana: nenhuma posição definida, pouco conhecimento do que se estava efetuando ou planejando nas outras Faculdades, falta total de ocasiões para o encontro dos colegas das várias regiões do país. Numa floresta não se procede como num campo arado e cultivado. Se houve mérito em nossa iniciativa, não pretendemos outra, liminarmente, que a de termos criado condições que não existiam antes do Simpósio, tanto para a possibilidade de contatos pessoais - quanto para um primeiro desbastamento do espesso feixe de problemas relativos ao ensino da História. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 11)

A discussão dos referidos “problemas relativos ao ensino da História” acompanhou a ANPUH durante toda a década de 1960. Em texto publicado em 2011, na ocasião da comemoração dos 50 anos da ANPUH, Francisco Falcon descreve as necessidades e as aspirações que mobilizaram seus colegas para a fundação da associação. Em seu testemunho, a discussão sobre o professor-pesquisador aparece alinhada ao debate curricular. Fica nítido que os professores da época pensavam que para a reforma do ensino de História no nível superior acontecer devidamente, seria necessário atender à demanda imediata por regulamentação do trabalho do professor-pesquisador. Este profissional da História deveria ter alto nível técnico, sendo capaz de conduzir uma pesquisa histórica especializada e sobretudo em permanente colaboração com os seus pares na academia.

Os professores da Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Marília haviam chegado à conclusão de que eram “insuficientes, para a formação do futuro pesquisador e professor de História, as matérias oferecidas no Currículo Mínimo e, sobretudo, defeituosa a sua

a radicalização teórica ao contexto de lutas por reformas político-institucionais a partir das organizações políticas da sociedade civil.

distribuição atual, em que até cadeiras fundamentais são prejudicadas por outras de interesse menor. Tratava-se assim de estabelecer um currículo de diferente estrutura, mais de acordo com as necessidades do profissional de História. [...] Preferimos acreditar que se tratava de uma oportunidade ímpar de discutir com colegas de todo o país problemas do ensino universitário de História. Acreditávamos na sinceridade dos organizadores ao se dizerem animados pelas circunstâncias de poder realizar “ab ovo” uma experiência que viesse a criar novas e mais amplas condições no ensino de História”. Imaginávamos que se poderia aproveitar melhor essa oportunidade única a fim de aprofundar discussões bem mais variadas e importantes do que aquelas previstas para um Simpósio com o objetivo de fazer uma revisão do currículo atual. Queríamos, na verdade, discutir a questão mais ampla da Reforma Universitária, já então na ordem do dia, e situá-la no âmbito específico dos cursos de História das faculdades de filosofia. (FALCON, 2011: 02)

Contudo, se formos aos registros do primeiro simpósio, notaremos que embora houvesse acordo sobre a necessidade de uma reforma curricular, a sua extensão em relação ao corpo docente não era consenso entre os historiadores reunidos em Marília. Em relatório apresentado à plenária da ANPUH, Eduardo França defende a manutenção do regime catedrático, mas chama atenção para a necessidade da revisão do ensino, dos planos e todo o conteúdo programático da graduação de História.⁹ Para França, considerar os problemas que os estudos históricos enfrentavam era estar primeiramente cômico sobre “a aceleração das mudanças” no tempo presente. Percebendo esse fenômeno, os historiadores deveriam mobilizar-se para aumentar a produtividade do seu campo. Assim, o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa poderiam verdadeiramente ser capazes de acompanhar as mudanças sociais, sem cair em debates que, em sua análise, transformam a história em um saber perdido nas questões políticas nacionais. Sendo assim, na visão de Eduardo França, o melhoramento da ciência que busca o sentido do passado no presente não deve estar detido no debate político que atrapalha a sua ação investigativa. A História, como ciência do tempo presente, deve ter como objetivo geral a solução dos problemas sociais, apenas através do aperfeiçoamento de sua teoria e metodologia.

As pesquisas do passado são suscitadas por problemas da atualidade. É a necessidade do presente que marca o ponto de partida para a pesquisa. A História deve preferir a problemática da atualidade, deve corresponder às solicitações do espírito contemporâneo em torno dos problemas sociais, etc. Depois de um século de pesquisa, a historiografia se intensificou, multiplicando seus campos de indagação, desenvolvendo-se em profundidade

⁹ Nos anais do simpósio, o relatório do professor Eduardo França não tem título. Contudo, os seus principais elementos temáticos são: o ensino de História e o currículo do curso de graduação. Ademais, nos anais, consta apenas um resumo desse relatório, não sendo justificado noutro ponto desses registros o motivo pelo qual o texto não foi publicado nos anais em sua versão original, tal como foi o caso das outras relatorias. Todavia, vale salientar que a editoração dos anais da ANPUH, especialmente aqueles relativos aos simpósios da década de 1960 e 1970, foi feita por Eurípedes Simões De Paula, figura de liderança dentro da associação com quem os registros do simpósio demonstram ter estado em discordância com o professor Eduardo França.

e alargando-se no espaço. Acumulou-se uma massa de sabedoria que desafia a capacidade do indivíduo traz a necessidade da especialização. A História passou a cuidar de todas as manifestações da vida humana. As áreas de investigação multiplicaram-se. A mundialização da História substitui a europeização. A multiplicação contínua dos trabalhos históricos torna importante o estudo da historiografia e a sua constante revisão. O trabalho exigido do historiador é quase esmagador. Essa situação leva-nos a concluir, que não se pode ensinar toda a História numa Faculdade de Filosofia deve-se escolher o que ensinar. É preciso também não ensinar o que já se sabe. Impõe-se a revisão dos conhecimentos para atualização constante dos ensinamentos. A escolha do que se vai ensinar liga-se à ideia de que os alunos vão escolher o que guardar. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 104)

A partir dessa análise, França defendeu o regime catedrático, por entender que esse sistema era capaz de assegurar a liberdade necessária ao docente, permitindo-lhe escolher os conteúdos que deveriam ser ensinados na Faculdade de Filosofia. Segundo ele, prescindir do sistema de cátedras seria algo extremo, pois os problemas ligados a esse sistema poderiam ser solucionados com a simples reforma no concurso para o cargo de catedrático, assim como também com a exclusividade de cátedras de História no departamento do curso, procedimento que em sua perspectiva solucionaria os problemas relacionados com a insuficiência técnica e de pessoal no corpo docente, ao seu ver a única dificuldade real do sistema catedrático.

Dessa forma, no relatório de França, a regulamentação do professor-pesquisador é mais qualitativa do que estrutural. Logo, trata-se de reformas pontuais, conservadoras naquilo que dizia respeito à preservação de cargos de autoridade dentro da burocracia. Assim, para França, proceder com moderação na matéria da reforma era muito mais atrativo do que a tarefa de reconfigurar da base ao topo toda a burocracia ligada à docência nas Faculdades de Filosofia. Ainda assim, é interessante notar que as atribuições necessárias ao professor universitário de História, ainda segundo o relatório de França, são muito distintas da identidade do professor catedrático, criticada por seus pares no primeiro simpósio da ANPUH e qualificada como científica e pedagogicamente improdutiva. Em suma, ao defender o regime catedrático, Eduardo França expôs a necessidade de um novo tipo de docente, profissional que, contraditoriamente, só o fim do regime catedrático pode trazer:

As atividades e comportamentos docentes tem que mudar. É preciso renunciar a dar matéria ou toda a matéria; e em lugar de matéria dar técnica de trabalho. O professor deve procurar levar o aluno à reflexão, à busca, à procura da resposta, a problemas que lhe são postos. A matéria deve ser dada como pretexto para transmitir uma técnica, desenvolver o espírito crítico do aluno; a aula como maneira de despejar conhecimentos é discutível e sua utilização deve ser revista. A mudança no modo de encarar a aula aumenta a responsabilidade do professor, que deve atualizar-se e deve escolher o que vai

dar. O aluno deve ser levado a saber não o que o professor sabe, mas o que pertence à sua vida. O ensino dado não deve ser o semelhante ao de outras áreas culturais, mas deve corresponder, no Brasil, às realidades socioculturais do momento. Não convém reeditar formas válidas no exterior. Para nós, a História do Brasil, a História Regional, deve marcar o ensino da História. As outras Histórias fornecerão experiências que podem ser transferidas ao campo da historiografia brasileira. Necessário é valorizar a História do Brasil, valorizando os homens que somos, a cultura que podemos criar. Precisamos de libertar-nos do colonialismo em que temos vivido no campo da História também - diante de outros países. Devemos criar um sistema que corresponda às nossas necessidades e não transferir para cá sistemas estrangeiros. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 104-105)

É justamente por conta dessa contradição que a proposta de Eduardo França encontrou oposição dos historiadores reunidos em Marília. Fundamental notar, muito embora a questão de gênero não seja sinalizada pelos interlocutores desses debates, que as críticas mais duras partiam das historiadoras. Mulheres que naquele contexto eram minoria no ambiente universitário e que teriam papel dirigente na trajetória política da ANPUH. Um exemplo disso é Maria Yedda Linhares que no debate suscitado pelo relatório de França, seria a primeira a respondê-lo e criticá-lo:

Há confusão entre liberdade de cátedra, cátedra vitalícia e professor catedrático. A supressão da cátedra vitalícia não envolve a liberdade do professor. Considera que o relator dá uma solução deficiente, falando, de um lado, em "cátedras de História", sem maior especificação, mantendo, por outro lado, o sistema atual de cadeiras. Falando na perspectiva brasileira de História, afirma que esta é uma perspectiva da História mundial, através de uma historiografia brasileira sem depender de outras historiografias estrangeiras. Nem por isso perde-se de vista que o Brasil esteja dentro do mundo. Sobre a plasticidade do currículo, a professora é de opinião que devemos advogá-la. O sistema americano não perde em qualidade pelo fato de o "College" preparar os alunos para a Universidade. Pode-se suprir a falta de preparo do estudante através de um curso preparatório. A Universidade de Brasília e a Universidade do Ceará, foram planejadas na base de plasticidade. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 112)

Juntando-se à crítica de Yedda Linhares, estavam Olga Pantaleão e Cecília Westphalen, tendo essas últimas adotado tom mais brando e até mesmo conciliador. Pantaleão afirmou que o debate sobre as cátedras fugia ao temário cujo eixo deveria ser a discussão sobre o lugar de História Moderna e Contemporânea no currículo, assim como também sobre as questões historiográficas e pedagógicas pertinentes nessa discussão. Ainda assim, não deixou de cobrar esclarecimentos sobre a proposta de França de criar mais cátedras de história, o que indica um acordo com a necessidade de especialização e não necessariamente com a manutenção do regime catedrático. Já Westphalen, concordando que as mudanças no currículo colocavam em debate questões estruturais, usou justamente a defesa da livre docência feita pelo relator para

afirmar que o professor catedrático deveria perder o caráter vitalício do seu cargo, devendo mantê-lo apenas através da sua produtividade. É interessante notar que embora não atacassem diretamente a legitimidade do regime catedrático no mesmo grau que Yedda Linhares, as professoras, e somente elas nesse debate com França, endereçaram a incompatibilidade desse tipo de cargo docente para com as demandas do ensino e pesquisa que foram delineadas nessa relatoria e em todo o primeiro simpósio.

Na contracorrente dessa crítica, as respostas de França às professoras são duras. Partindo da premissa de que as objeções são produto de concepções políticas diferentes sobre a atividade docente, e não sobre a funcionalidade do sistema catedrático, França argumenta que a atividade essencial do professor é formar o espírito do aluno. Sendo assim, a discussão sobre a capacidade do catedrático de cobrir todos os conteúdos programáticos da graduação é algo secundário. Em virtude disso, França argumenta que a especialização se realizaria de maneira contínua, individual, não demandando assim uma abordagem demasiadamente conteudista, por isso carente de profundidade, de sentido pedagógico. Dirigindo-se diretamente à Maria Yedda Linhares, França é mordaz em seu conservadorismo, intercalando a oposição ao regime catedrático com o ataque à liberdade do espaço universitário.

Os partidários da extinção da cátedra caem numa espécie de sofisma: extingue-se a cátedra, mas fica o catedrático. O relator é favorável à cátedra, porque a supressão dela coloca o professor à mercê de grupos universitários políticos ou econômicos, e, então, desaparece toda a liberdade. Crítica, sim, certas formas no exercício da cátedra e sugere a correção dos defeitos. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 115)

Por outro lado, os professores, quando não se abstinham de discutir as considerações sobre o regime catedrático feitas nessa relatoria, atendo-se apenas ao debate curricular e historiográfico, assumiam posições inclusive mais conservadoras do que a do prof. Eduardo França em relação à regulamentação do professor-pesquisador. Este é o caso de Guy de Holanda e do Padre Emílio Silva. O primeiro qualificou o cargo de catedrático como um grau maior da carreira universitária, sendo assim pertinente ao debate apenas na medida em que fosse discutida sua maior estabilidade funcional. Logo, não se tratava de algo a ser dispensado na nova organização docente, porém sim ampliado em número, tal como foi proposto por França. No mesmo sentido, argumentou mais extensamente o padre Emílio Silva, opinando que a especialização já se dava no campo da pesquisa, no qual trabalhavam os professores assistentes, não sendo pertinente estendê-la ao catedrático. Para o padre, era uma qualidade positiva que o

catedrático concentrasse o ensino de várias áreas em suas atribuições, pois essa liberdade era a garantia da unidade formativa no currículo da graduação de história.

De fato, as únicas exceções no que diz respeito ao posicionamento dos professores sobre o regime catedrático vem de figuras de liderança dentro da associação e no mundo acadêmico daquele período: Eurípedes Simões De Paula e o professor Eremildo Viana. No caso de Simões De Paula, sua crítica ao “mandarinato”¹⁰ dos professores que nada produzem e não deixam os seus assistentes produzirem é mais contundente em seu pragmatismo político do que as considerações de Maria Yedda Linhares. Sem se referir ao professor Eduardo França, em sua própria relatoria intitulada *História Antiga e História Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira*, Eurípedes Simões elabora seu último tópico com o título de *O Professor de História*. Nele, o professor, que era diretor da Faculdade de Filosofia de Marília e envolvido com o processo de federalização que estava em curso no sistema universitário, argumentou sobre a necessidade do regime de dedicação exclusiva, defendeu a modernização total da docência na graduação de História:

Somos francamente favoráveis ao tempo integral, à dedicação plena dos professores às suas especialidades. Não podemos mesmo compreender - somente as necessidades econômicas poderiam justificar que professores possam ministrar aulas de sua especialidade em diversas Faculdades, com uma sobrecarga enorme de trabalho. O ideal seria que também os alunos pudessem participar desse regime de trabalho. Com a federalização crescente das nossas Faculdades, pensamos que não seria difícil obtermos esse regime de trabalho para todos os professores e mesmo as Faculdades particulares pôr em tempo integral algumas de suas secções, precisamente aquelas que estivessem melhor aparelhadas. Com esse regime de trabalho de dedicação plena aos alunos e às pesquisas, os professores que não produzissem deveriam ser afastados, deveriam ser devidamente "arquivados" no funcionalismo, mas não no ensino. Nestas condições, nos manifestamos frontalmente contrários ao "mandarinato" de certos professores que nada produzem e não deixam os seus assistentes produzirem. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 87-88)

As suas palavras indicam sua autoridade dentro da associação, tendo em vista que sua relatoria foi elaborada em conjunto com os membros da primeira diretoria da ANPUH. Por isso, o que se seguiu às suas considerações, além de tímidas concordâncias dos professores Franciso Falcon e Hamilton Leite, foi apenas a discordância de Eduardo França que persistiu afirmando que a ampliação das cátedras seria capaz de solucionar o problema relatado por Eurípedes, sem a necessidade assim de criar um regime de dedicação exclusiva para todo o corpo docente.

¹⁰ O termo “mandarinato” tem aqui o sentido correlato àquele encontrado no livro de Fritz Ringer: *Declínio dos Mandarins alemães: a Comunidade Acadêmica Alemã 1890 – 1933* (1969).

O lugar político dos historiadores acadêmicos na reforma do ensino superior

No caso da relatoria de Eremildo Viana, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil ¹¹, sua fala é oposta à opinião de Emílio Silva, que defendeu a liberdade de cátedra como condição para a unidade formativa do ensino de História. Para Viana, a manutenção dessa centralização não deve ocorrer, pois parte de uma pretensão teórica em prol da síntese do conteúdo da graduação de História, o que na prática seria irrealizável. Essa pretensão, para Eremildo Viana, partiria de uma concepção hierárquica sobre as matérias dedicadas ao estudo do fato histórico, assim como também sobre o papel do historiador e do professor de História. Em sua análise, essas separações na pesquisa e no ensino levavam ao retrocesso no curso de História.

Preliminarmente, é indispensável que se diga da inconveniência da expressão matérias auxiliares e matérias complementares de História ao se tratar das disciplinas que nos permitem melhor acesso, maior compreensão e mais convincente interpretação do documento, bem como melhor situação e definição do fato histórico. (...) E' o pensamento dos que, como Bauer e outros, têm estudado a metodologia científica da História. Coisa quimérica, pois não se pode exigir do historiador que seja, culturalmente, um super-homem. O que dele se quer exigir, e se deve exigir, como do professor de História, é que saiba de quem e do que se possa servir para cumprir o seu verdadeiro mister. Tem-se desejado, inutilmente, porque se tem ficado apenas em teoria, pois na prática é irrealizável, levar a especialização, no tocante ao historiador e ao professor de História, a um conhecimento amplo de um número absurdo de matérias. O próprio conhecimento histórico tem sofrido retrocesso, ou, se tem ressentido de tal falha, ou êrro de visão. Convenhamos que a preparação técnica seja longa, mas que a disposição da mesma através de currículos pomposos não venha prejudicar ao conhecimento da própria História, sob,) pretexto de se dar ao historiador a possibilidade de se servir de uma série de técnicas ou de ensinamentos decorrentes de uma série de disciplinas. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961: 144-145)

Tendo em vista todo esse debate sobre o tipo de professor adequado ao ensino e pesquisa de História na Universidade, algumas moções do primeiro simpósio consistem em resoluções focadas na criação de novas condições de trabalho para o docente. Contudo, a continuidade do regime catedrático é propositalmente deixada de lado nas moções apresentadas. Ainda assim,

¹¹ A faculdade em questão esteve na origem do atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

seria um equívoco afirmar que as deliberações partidas desse simpósio não contribuíram para a regulamentação do trabalho do professor universitário de História.

Em primeiro lugar, temos a moção de José Roberto do Amaral do Lapa solicitando a criação da associação dos professores universitários de História. Não há ali mera formalidade que apela por continuidade daquele tipo de mesa redonda entre historiadores. Na moção de Amaral do Lapa, há o reconhecimento de que os historiadores necessitam de um espaço social, território através do qual possam debater o sentido das práticas intelectuais que caracterizam o seu campo e a função social da sua categoria perante a sociedade civil. Por conta dessa consciência política em prol da unidade, dois dias depois da moção de Amaral do Lapa, França, defensor do sistema catedrático, submete moção na qual os professores da associação se dirigiam ao poder público, a fim de exigir que seja instalado, “o mais breve possível”, o regime integral. Certamente, temos aqui registro esclarecedor da dinâmica das relações de poder entre os historiadores acadêmicos, pois nele vemos um professor que defendeu o sistema catedrático no debate com seus pares, sendo posteriormente autor de uma moção em prol da modernização do quadro docente, mesmo que a modernização em si fosse circunstanciada. Há aí um ato de consenso, em prol da comunidade historiadora:

Os componentes do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior de Marília, dirigem-se ao senhor Ministro da Educação, aos Governos Estaduais e aos Reitores das Universidades Brasileiras, para, data vénia, solicitar que, dentro dos altos interesses do ensino, seja concedido o mais breve possível a Professores de História das Universidades e Faculdades isoladas o regime de tempo integral, visto estarem convencidos de que este regime é o único que proporciona condições favoráveis ao ensino, e, em particular, à pesquisa, considerando sobretudo que esta tem sido grandemente prejudicada pelo fato de os docentes não terem condições para a ela aplicarem-se com dedicação plena. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1961; p.289)

Estavam conciliadas a essa proposta, moções de críticos da relatoria de França durante o simpósio. Esse era o caso da prof. Cecília Westphalen, que ao lado de Antonio Camilo de Faria Alvim, membro da diretoria da ANPUH, propôs que a associação recomendasse às autoridades competentes a separação dos cursos de História e Geografia nas Faculdades de Filosofia. Inclusive, os professores com diferentes posicionamentos sobre o ofício do professor universitário pareciam colocar suas divergências mais profundas sobre o regime catedrático de lado em questões diretamente vinculadas à geração de vagas para historiadores nos quadros da universidade. As demandas por emprego e estabilidade funcional pareciam se sobrepor às desavenças relativas ao sistema catedrático. É exemplo disso a moção 10 que contou com amplo

apoio¹² e solicitava a revogação da portaria 478 de 8 de junho de 1954, deliberação que permitia a licenciados de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais o registro também como professores de História. A despeito de discordarem sobre as questões relativas ao trabalho do professor-pesquisador, os historiadores estavam unidos para delimitar a exclusividade dos seus postos de trabalho na educação superior e básica.

No congresso seguinte, realizado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná no ano de 1962, os debates mais abertos sobre o trabalho do professor-pesquisador e o regime catedrático cederam lugar ao aprofundamento das discussões curriculares, organizadas sobre o tema geral da propriedade no Brasil. Contudo, quando as caracterizações sobre as atribuições necessárias ao professor universitário aparecem na documentação, elas são apresentadas de acordo com o posicionamento dos professores que criticavam o sistema de cátedras. Fato é que no discurso de instalação do II simpósio, a Cecília Westphalen, presidente da comissão executiva desse congresso, escreve o texto de abertura com uma crítica à comunidade dos historiadores acadêmicos. Nela, responsabiliza os eruditos e diletantes por produzirem um conhecimento histórico politicamente defasado, fundamentado em teorias positivistas, exageradamente centradas em uma análise do social a partir do Estado, com discursos unilaterais que não dialogavam com as demandas sociais e científicas daquele período. É notável como em sua crítica, a ineficiência do diletantismo e erudição serve como premissa para uma nova agenda de pesquisa, que deveria ser desenvolvida por um novo tipo de professor-pesquisador.

*Esta Associação tardava, porém, chegou ainda em hora oportuna para fazer viver o estudo e a pesquisa histórica no Brasil em um plano outro que não o da simples erudição ou do diletantismo. [...] Não culpemos, porém somente a atmosfera tecnológica do mundo em que vivemos. Teremos nós, os historiadores, procurado fazer algo de positivo no sentido de integrarmos cientificamente a História à realidade dos nossos dias? Teremos adotado uma atitude nova que nos possibilite participar ativamente da vida do nosso tempo? Ou teremos apenas, uns, nos limitado a dar simplesmente atenção, tal como se fez no passado, à ação superficial dos políticos e dos diplomatas? Não teremos, outros, porventura, ignorado a unidade cultural que é muito **mais** ampla e mais profunda do que aquela do Estado? Talvez tenhamos apenas, e comodamente, nos limitado a condenar a História historizante. Toda ciência não cessa de definir-se de novo, de procurar-se, de encontrar-se finalmente. Teremos nós buscado este encontro? É preciso que vivamos a inquietação da procura. E na História nada deveremos rejeitar da contribuição das*

¹² Os professores que assinaram essa moção foram Eremildo Luiz Vianna, Antônio Camillo de F. Alvim, Jorge Calmon, Guy de Hollanda, Eduardo D'Oliveira França, Othelo Laurent, José Eruesto Ballstaedt, Fernando Sgarbi Lima, Leda Maria P. Rodrigues Maria Clara R. T. Constantino, Cecília Maria Westphalen, Olga Pantaleão, Altiva Pilatti Balhana, Amélia Americano Franco Domingues de Castro, Astrogildo Fernandes, Manoel Casasanta, Hamilton Leite, Paulo Pereira de Castro, Oswaldina C. Gomes, Nilo Garcia, Maria C. M. Ribeiro, Uacury R. de Assis Bastos, Francisco J. C. Falcon, Pe. Júlio D. Lopes, Pe. Carl F. Laga, Emília T. A. Ribeiro.

ciências sociais vizinhas, nem das aperfeiçoadas técnicas postas à nossa disposição pela ciência contemporânea, a fim de fazermos da História não a ciência do passado, mas a ciência do processo cultural humano, na medida em que êste possa ser estudado pela evidência documental, entendendo-se documento no sentido que lhe deu Lucien Febvre, isto é, tudo aquilo que sendo do homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a sua presença, enfim as atitudes e as maneiras de ser do homem. (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1962: 22)

Contudo, fora o tom crítico na fala de reabertura de Westphalen, inexitem no segundo congresso comunicações, relatorias e votações dedicadas exclusivamente ao debate sobre a reforma do corpo docente de História na Universidade. Os debates mais concentrados na discussão curricular do que na organização burocrática dos departamentos continuam sendo a norma no III simpósio realizado em 1965 em Franca. Esse congresso foi organizado por Eurípedes Simões de Paula, responsável também por editar os anais e que se tornaria presidente da associação a partir daquele ano.

Após a crise política nacional que levou ao golpe militar de 1964, a associação chefiada por Eurípedes volta a se reunir para debater “Artesanato, Manufatura, Indústria e Fontes Primárias a História”. Nenhuma letra, nem ao menos as curtas frases de uma moção extraordinária, são escritas para denunciar o golpe sofrido pela democracia brasileira. O clima de reforma, o nacionalismo que imputava como dever cívico a integração do historiador à luta por resolução dos problemas sociais, somem em extensos relatórios sobre corpos de fontes relativos à Roma Antiga. A discussão sobre as competências do professor universitário limitou-se ao debate pedagógico acerca do valor dos seminários no ensino de História. Em 1965, os historiadores fazem do III simpósio a produção mais vasta até aquele momento, mas também a mais vazia em termos de engajamento político em relação ao autoritarismo militar. Esse fato faz com que a associação de professores, naquele momento, parecesse muito mais uma sociedade de bacharéis do que licenciados, ou seja comportam-se como eruditos e literatos elitistas, ao invés de técnicos, professores e cientistas democráticos. A tímida moção abril de 1965 é ilustrativa disso: “Fica resolvido que a APUH¹³ procure atingir os poderes públicos, no sentido de que seja processada toda Repartição Pública que destruir papéis, sem que os mesmos tenham sido antes examinados por uma comissão competente. Franca, Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1965” (ANAIS DO SIMPÓSIO DE 1965: 599).

¹³ Na documentação do Simpósio de 1965, essa resolução em específico refere-se a organização como APUH. Todavia, desde 1962, a sigla já havia sido modificada para ANPUH, por ter sido levado em consideração o caráter nacional da organização.

Inexistem nas moções do III simpósio, tampouco em suas conclusões, qualquer tentativa da ANPUH de pautar como deveria ser regulamentado na reforma universitária o trabalho do professor-pesquisador. Como explicar a inexistência de engajamento nesse tópico que foi de primeira ordem para a formação da associação? Ou, considerando a crítica contra a queima de papéis por repartições, como compreender as razões que convertiam o engajamento da associação numa ação tão tímida? Obviamente, os anais não fornecem explicações objetivas para a abstenção da associação do debate público sobre as reformas naquele início de ditadura, tampouco há explicações nos registros do porquê a conquista do Estado pelos militares em 1964 não foi pauta do congresso de historiadores que testemunharam esse evento.

Contudo, se nos voltarmos brevemente para o dossiê sobre Eurípedes Simões De Paula, elaborado por Janice Theodoro (2009), é possível obter indícios que justifiquem essa nova postura da ANPUH em relação ao debate sobre a situação políticas do país. Em tópico intitulado *Os dilemas de um humanista na década de 1960: o homem e seu tempo*, Theodoro descreve o contexto político da primeira metade da década 1960 e a atitude de Eurípedes Simões em relação a esse contexto nos seguintes termos:

Em 1963, o professor Eurípedes avaliava a conjuntura nacional e internacional e alertava seus colegas e alunos sobre as consequências dos confrontos radicais tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista acadêmico. Estávamos diante de uma encruzilhada em torno da qual os diversos setores da sociedade brasileira se posicionavam, a partir de modelos cristalizados, portanto, sem as condições necessárias para a construção de interlocutores. O clima era tenso. A sua postura era clara. Ele não acreditava em mudanças abruptas. O professor apostava na educação como o grande divisor de águas capaz de transformar o Brasil, o que exigia tempo, especialmente no Brasil, onde grande parte da população não sabia ler ou lia com muita dificuldade. Portanto, para se tornar um homem com capacidade de constituir uma sociedade democrática, na sua perspectiva, não bastaria incluir esta palavra e outras com sentido equivalente no vocabulário da vida política. Para realizar essa tarefa era necessário um longo trajeto cujo início correspondia à compreensão crítica de si mesmo, para em seguida desenvolvê-la no campo do social e do político (THEODORO, 2009: 48).

Evidentemente, essa caracterização do professor Eurípedes é insatisfatória para o entendimento de sua agência sobre a ANPUH, pois não nos ajuda a verificar sua relação, enquanto presidente da associação, com o silenciamento sobre o debate acerca do ofício do professor-pesquisador. Em verdade, o dossiê de Janice Theodoro contribui para uma interpretação histórica que apresenta o Simões de Paula e a associação como indivíduo e instituição enfocados no debate puramente científico, assim afastado, idealmente, dos embates políticos derivados da discussão sobre o campo histórico. O que está sendo desenhado, e

proposto no dossiê, é um *ethos* profissional para o historiador, o que nos leva ao centro dos debates daquele que parece ser o grande tema em disputa na comunidade historiadora da época:

A criação, em 1961, na cidade de Marília, da Associação Nacional de Professores Universitários de História corresponde à segunda vertente entre as diversas preocupações do professor Eurípedes. Ele acreditava ser necessário organizar os professores universitários em torno de uma associação. Organizados eles disporiam de condições tanto para a troca de informações como para o debate sobre as proposições em pauta, favorecendo o desenvolvimento da pesquisa e a sua atualização ainda que eles estivessem dispersos por todo o território nacional. (THEODORO, 2009: 34)

Enfim, apenas contrapondo o dossiê da professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)¹⁴ com a bibliografia especializada sobre a ANPUH conseguimos ter uma visão mais geral sobre as contradições que surgem ao tentarmos entender mudanças no tom dos debates da associação, a partir da memória construída sobre Eurípedes Simões de Paula. Primeiramente, a imagem de democrata, logo defensor da pluralidade no espaço universitário, construída para Simões de Paula contrasta com fatos políticos estabelecidos e verificados na História da Historiografia. Para exemplificar, é fundamental o diálogo com o trabalho de Wagner Geminiano, que analisa a história da ANPUH, caracterizando a posição de Simões de Paula da seguinte maneira:

Simões de Paula comandava a ANPUH “com mãos firmes” desde o congresso de Franca, realizado em 1965. Foram “doze anos ininterruptos no exercício da Presidência” interrompidos pelo trágico acidente de ônibus – um ônibus desgovernado o atropelou enquanto caminhava por uma das ruas de São Paulo – que o levaria a óbito, três dias depois, em um hospital paulista. A morte de Simões de Paula representou, por um lado, um duro golpe na estrutura hierárquica da ANPUH, que caminhava para a vitaliciedade sob o seu comando, tal qual o sistema de cátedras na USP do qual havia sido um dos principais expoentes, senão o principal. Por outro, a sua morte possibilitou uma inflexão e a abertura para uma gestão mais democrática e plural, a partir do biênio 1979-1981, quando a Associação foi presidida ainda por um dos expoentes fundadores, vindo também dos quadros da USP, a Prof. Alice Piffer Canabrava. (GEMINIANO, 2020: 49)

Ademais, essas interpretações demasiadamente focadas na agência individual, mesmo que no caso de Simões de Paula que era uma figura dirigente na associação, acabam em alguma medida esvaziando a autonomia da associação enquanto instituição política ou, no pior dos casos, reduz a complexidade dos debates ali travados, subordinando o seu sentido ao posicionamento político de um único intelectual. Justamente por isso, para compreender a

¹⁴ Eurípedes Simões de Paula foi diretor da FFLCH.

mudança no tom dos debates, é preciso aprofundar a análise em relação aos silenciamentos na documentação que a própria ANPUH nos legou, verificando como os conflitos entre os quadros que moldam a política interna e externa da instituição influenciaram o silêncio geral dos historiadores da associação sobre a reforma universitária nos primeiros anos da Ditadura.

Fontes

- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília (1962). Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961. São Paulo: FFCL-USP. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/2-snh01>>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 2., 1962, Curitiba. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1963. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/3-snh02>>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 3., 1965, Franca. Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo: FFCL-USP, 1967. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/4-snh03>>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: <[FFCL]-USP, 1969. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/5-snh04>>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/6-snh05>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6., 1971, Goiânia. Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Trabalho livre e trabalho escravo. São Paulo: FFLCH-USP, 1973, v.3. Disponível em> <

<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/7-snh06>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1973, Belo Horizonte. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História. São Paulo: [FFLCH-USP], 1974. v. 1. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/8-snh07>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.3. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/9-snh08>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 9., 1977, Florianópolis. *Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História*. O homem e a técnica. São Paulo: [ANPUH], 1979. v. 4. Disponível em:

<<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/10-snh09>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.

BOURDIEU, Pierre (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. 1. ed. São Paulo: EDUSP.

CANABRAVA, Alice Piffer (1981). A Associação Nacional de Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, Volume 01, n.01, p.1-11. Disponível em: <https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=39> Acesso em: 07 nov.2024

FALCON, Francisco José Calazans (2011). *Memória e história: a fundação da Anpuh*. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH, XXVI, p. 1-18. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>>. Acesso em: 07 nov.2024.

FALCON, Francisco (2013). História e memória: origens e desenvolvimento do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 6, n. 11, pp. 15-32. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/596>>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) (2020). *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, Jorge (2005). *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.

- GEMINIANO, Wagner (2020). *A Invenção da Historiografia Brasileira Profissional*. Vitória: Milfontes.
- MOTA, Carlos Guilherme (2014). *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 3. ed. São Paulo: Editora 34.
- THEODORO, Janice (2009). Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de história*, n. 160, pp. 17-50. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19099>>. Acesso em: 07 nov.2024.